

EXAME DE SUFICIÊNCIA DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE: ANÁLISE DAS DISCIPLINAS MAIS RECORRENTES NOS EXAMES

Viviane Aparecida de Lima Santos¹
Evaldo Rezende Duarte²

RESUMO

Nesta pesquisa buscou-se analisar a aplicação do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade - CFC. A pesquisa teve o intuito de apresentar as principais disciplinas e assuntos recorrentes nas edições dos exames do CFC. A coleta de dados foi realizada a partir da análise das questões aplicadas nos anos de 2011 a 2018. O método de pesquisa foi o descritivo e documental, a coleta de dados foi realizada por meio da análise das questões do Exame de Suficiência, sendo que a cada ano é realizada 2 edições, composta por 50 questões cada prova. Para a aprovação do profissional contábil é necessário o acerto de 50% do total do exame. Com o resultado da pesquisa nota-se que os quatro (4) assuntos mais recorrentes nos Exames de Suficiência são Contabilidade Geral, com um total de 432 questões, Contabilidade de Custo com 98 questões, Auditoria com 58 questões e Contabilidade Pública totalizando 51 questões.

Palavra-chave: Conselho Federal de Contabilidade. Exame de Suficiência. Contabilidade Geral.

¹Graduanda no Curso de Ciências Contábeis 8º semestre na Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas do Vale do São Lourenço-EDUVALE, Jaciara - MT (2015-2018); E-mail: vivi.16@live.com.pt
²Mestre em Ciências Contábeis pela FUCAPE Business School (2018); Especialista em Gestão Pública pela Universidade Federal do Mato Grosso - UFMT (2014); Especialista em Gestão Empresarial pela União das Escolas Superiores de Rondonópolis - UNIR (2008); Bacharel em Ciências Contábeis pela Faculdade de Ciências Sociais Aplicadas - EDUVALE (2007). Professor de Ensino Superior Faculdade de Ciências Sociais e Aplicadas - EDUVALE. E-mail: erezende_9@hotmail.com

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho foi desenvolvido a fim de proporcionar maior conhecimento ao leitor sobre o tema proposto. Tem por relevância os assuntos abordados neste artigo: a aplicação do Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e as disciplinas de maior recorrência nas questões do Exame.

O presente trabalho teve como objetivo principal apontar os temas e assuntos mais recorrentes e abordados no exame de suficiência. Assim, a pesquisa foi realizada de forma documental com o intuito de analisar as questões aplicadas em todas as edições do Exame nos períodos de 2011 a 2018. Todas as informações obtidas para a coleta de dados ao longo da pesquisa foram retiradas no site do CFC - Conselho Federal de Contabilidade. Lembrando que o Exame foi suspenso por um período, entre os anos de 2005 a 2010, e por meio da Lei 12.249/2010 foram retomadas as avaliações em 2011.

Foram criados quadros comparativos para realização dos cálculos em percentuais dos dados coletados, assim demonstrando maior nitidez nos resultados alcançados. A pesquisa foi pensada afim de gerar informação a todos os profissionais de contabilidade e futuros profissionais contábeis, para conhecimento de estudo para possíveis provas, ou simples curiosidade do assunto.

As informações apresentadas neste artigo estruturam-se sequencialmente pelo capítulo 1 , Introdução abordando qual o tema proposto, logo após o capítulo 2 referencial teórico apresentando autores e suas obras publicadas sobre os assuntos abordados, seguindo o capítulo 3 com a metodologia aplicada na pesquisa e quais meios utilizados para analisar os dados, no capítulo 4 a análise dos dados e demonstração dos resultados obtidos e, finalizando com o capítulo 5 as considerações finais e a importância da pesquisa realizada.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

O referencial bibliográfico inicia-se pelo breve histórico do Exame de Suficiência no Brasil, seguido assim pela suspensão do exame e logo após o

retorno. Também se evidencia as disciplinas aplicadas nas provas de todas as edições do Exame de Suficiência.

2.1 Histórico do exame de suficiência da profissão contábil no Brasil

A implantação do exame de suficiência deu-se a início pela Resolução CFC Nº 853/99, que foi instituído como requisito para obtenção de Registro Profissional pelo Conselho Regional de Contabilidade, tendo como principal foco melhorar a qualidade dos bacharéis de contabilidade.

O art. 2º do Conselho Federal de Contabilidade (1999) conceitua:

O Exame de Suficiência é a prova de equalização destinada a comprovar a obtenção de conhecimentos médios, consoante os conteúdos programáticos desenvolvidos no Curso de Bacharelado em Ciências Contábeis e no Curso de Técnico em Contabilidade. (CFC, 1999).

Ou seja, o exame ajuda na comprovação de conhecimentos destinados aos profissionais de Contabilidade em geral.

O Exame de Suficiência teve sua primeira edição no ano 2000 sendo aplicado 2 vezes ao ano, simultaneamente, em todo território nacional, nos meses de março ou abril e setembro ou outubro. De acordo com dados extraídos do livro Exame de suficiência- Uma abordagem histórica, elaborado pelo CFC, até o ano de 2004, mais de 150 mil profissionais da Contabilidade se inscreveram para o Exame.

2.1.1 Suspensão do Exame de Suficiência

O Exame de Suficiência, que foi obrigatório entre 2000 e 2004, acabou sendo suspenso por força judicial, já que naqueles anos era amparado apenas por uma Resolução do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e não por lei.

A Resolução CFC nº 853/99, excedeu os limites do Princípio Constitucional do Livre Exercício Profissional, pelo qual é amparado conforme o inciso XIII do 5º artigo da Constituição Federal, que nos diz: "é livre o exercício de qualquer trabalho, ofício ou profissão, atendidas as qualificações profissionais que a lei estabelecer".

Sendo assim, este processo se consolidou em junho de 2010, com a promulgação da lei 12.249/10, determinando que:

Os profissionais a que se refere este Decreto-Lei somente poderão exercer a profissão após a regular conclusão do curso de Bacharelado em Ciências Contábeis, reconhecido pelo Ministério da Educação, aprovação em Exame de Suficiência e registro no Conselho Regional de Contabilidade a que estiverem sujeitos. (BRASIL, 2010).

2.1.1.1 O Retorno do Exame

Em 2010, a partir da Lei 12.249/2010 e da Resolução CFC nº 1.301/2010, a obrigatoriedade do exame de suficiência é novamente instituída, agora amparada por lei específica. Assim retomadas a aplicação das provas, duas vezes ao ano, sendo exigido dos candidatos o percentual mínimo de acerto de cinquenta por cento (50%) para aprovação no exame.

2.2 Disciplinas aplicadas no Exame

Nogueira, Nogueira e Almeida (2013) enfatizam que o exame de suficiência é único no Brasil, ou seja, seu conteúdo é uniforme e não abrange regionalismos e aborda assuntos das seguintes áreas de conhecimentos: Contabilidade Geral, de Custo, Aplicada ao Setor Público e Gerencial, Controladoria, Teoria da Contabilidade, Legislação e Ética Profissional, Princípios de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade, Auditoria Contábil, Perícia Contábil, Noções de Direito, Matemática Financeira, Estatística e Língua Portuguesa.

2.2.1 Contabilidade Geral

Segundo Ribeiro (1996) a Contabilidade fornece informações do patrimônio para facilitar as tomadas de decisões dos administradores e proprietários.

De acordo com o Conselho Federal de Contabilidade (CFC, 1992) “Contabilidade é a ciência que estuda, interpreta e registra os fenômenos que afetam o patrimônio de uma entidade”. Assim é através dela que são fornecidas as informações úteis para as tomadas de decisões, tanto dentro quanto fora das entidades.

Sua finalidade é registrar fatos e produzir informações que possibilitem a tomada de decisão. O Plano de Contas é o elenco de todas as contas utilizadas pelo contabilista e criado de acordo com a natureza da entidade. O Conselho Federal de

Contabilidade define o plano de contas como a estrutura básica da escrituração contábil, pois é com sua utilização que se estabelece o banco de dados com informações para geração de todos os relatórios e livros contábeis, tais como: Diário, Razão, Balancete, Balanço Patrimonial, Demonstração de Resultado e Análises, além de outros.

2.2.2 Contabilidade de Custos

A Contabilidade de Custos nasceu da Contabilidade Financeira, quando da necessidade de avaliar estoques na indústria, tarefa essa que era fácil na empresa típica da era do mercantilismo. (MARTINS,2003).

Silva (2008,) *apud* Junior (2017, p.53) explica que “os custos são recursos aplicados na transformação dos ativos, representados pelos gastos relativos à utilização dos bens ou serviços, aplicados para produção de outros bens e serviços”.

Para Martins (1998), os custos são classificados em fixos e variáveis ou em diretos e indiretos. Silva (2008) diz que custo fixo é aquele que independe da quantidade produzida. Ainda para Silva (2008) o custo variável é todo custo que ocorre em função da quantidade produzida.

Segundo Leone (1981), os custos diretos são todos os custos que se conseguem identificar com a produção, do modo econômico e lógico, ou seja, é o custo que é identificado naturalmente ao objeto do custeio. Silva (2008) afirma que custo indireto é todo aquele cuja associação direta ao produto não é possível, necessitando de um critério de rateio para sua alocação.

Ainda, Martins (2003) define Custeio como apropriação de custos. Assim, existem Custeio por Absorção, Custeio Variável, Custeio ABC. Fonseca (2015, p.28) conceitua custeio por absorção: “consiste em atribuir aos produtos e/ou serviços todos os custos de produção, sejam eles diretos ou indiretos, fixos ou variáveis”. Segundo Martins (2003), o ABC é uma ferramenta que permite melhor visualização dos custos através da análise das atividades executadas dentro da empresa e suas respectivas relações com os produtos. Para Silva (2008), no sistema de custeio variável, os custos são variáveis ou fixos de acordo com o nível de atividade, volume ou quantidade produzida.

2.2.3 Contabilidade Pública

De acordo com a Norma Brasileira de Contabilidade - NBC T 16.1, Resolução CFC nº 1.128/2008, “Contabilidade Aplicada ao Setor Público é o ramo da ciência contábil que aplica, no processo gerador de informações, os Princípios Fundamentais de Contabilidade e as normas contábeis direcionados ao controle patrimonial de entidades do setor público”.

Por isso, essa atividade está ligada à gestão de recursos públicos, auxiliando a administração com informações contábeis para que os recursos dos cofres públicos não sobreponham as receitas (SILVA, 2008).

Silva (2012) explica que a aplicação dos recursos públicos devem ser realizadas conforme previsto em orçamentos e planos de investimentos que são padronizados pela legislação, conforme mencionado anteriormente, pelo PPA, LDO e LOA, além de contar com habitualidades e procedimentos determinados por normas jurídicas, no qual os demonstrativos contábeis refletem, quando devidamente lançados os dados, o que determina a legislação específica, tendo seus modelos e a normatização aplicada a todas as esferas administrativas (Município, Estado, União e Distrito Federal).

2.2.4 Análise de Balanços

Nos dias atuais as empresas buscam sempre alcançar seu objetivo máximo em valores, e por isso a necessidade de ferramentas que auxiliem são extremamente importantes.

Sendo assim, a contabilidade gerencial oferece essas ferramentas para que esses objetivos sejam alcançados. Anthony (1979 p.17) afirma que "a contabilidade gerencial se preocupa com a informação contábil útil à administração". Seguindo esse raciocínio dá-se a importância das análises das informações através de ferramentas contábeis como a análise de balanço.

Moura (2014, p.11) conceitua:

A análise de balanços é uma técnica contábil que consiste no exame e na interpretação dos dados contidos nas demonstrações contábeis, com o fim de transformar esses dados em informações úteis aos diversos usuários da contabilidade. (MOURA, 2014, p.11).

Sendo seu objetivo "a avaliação da situação da empresa, em seus aspectos operacionais, econômicos, patrimoniais e financeiros." (Padoveze, 2000, p.131).

2.2.5 Auditoria

Para Crepaldi (2004), a Auditoria das Demonstrações Contábeis constitui o conjunto de procedimentos técnicos que tem por objetivo a emissão de parecer sobre sua adequação, consoante os Princípios Fundamentais de Contabilidade e pertinente a legislação específica.

Assim Attie (1998, p.25) define "a auditoria é uma especialização contábil voltada a testar a eficiência e eficácia do controle patrimonial implantado com o objetivo de expressar uma opinião sobre determinado dado."

De acordo com a Lei nº 6.385/76, a auditoria contábil é aplicada às companhias abertas, sociedades e empresas que integram o sistema de distribuição de valores mobiliários.

Existem dois tipos de auditoria: auditoria externa e auditoria interna. Segundo Franco e Marra (2001), a auditoria externa "é aquela realizada por profissional liberal, auditor independente, sem vínculo de emprego com a entidade auditada e que poderá ser contratada para auditoria permanente ou eventual". Assim Crepaldi (2009, p.41) define:

A auditoria interna é uma atividade de avaliação independente dentro da empresa, que se destina a revisar as operações, como um serviço prestado à administração. Constitui um controle gerencial que funciona por meio da análise e avaliação da eficiência de outros controles. (CREPALDI, 2009, p. 41).

2.2.6 Perícia

Sá (2000, p.14) define que:

Perícia Contábil é a verificação de fatos ligados ao patrimônio individualizado visando oferecer opinião, mediante questão proposta. Para tal opinião realizam-se exames, vistorias, indagações, investigações, avaliações, arbitramentos, em suma todo e qualquer procedimento necessário à opinião. (SÁ, 2000, p.14)

Segundo a legislação encontrada nas Normas Brasileiras de Perícia Contábil (NBC TP 01),

A perícia contábil constitui o conjunto de procedimentos técnicos e científicos destinados a trazer à instância decisória os meios de prova necessários à justa solução, mediante laudo contábil e/ou parecer técnico-

contábil, em conformidade com as normas jurídicas e profissionais, e a legislação específica no que for pertinente. (NBC TP 01).

Segundo Ornelas (2000, p.50) “resumem-se no perito a competência técnica da sua especialidade, a experiência da função e as qualidades morais, formando um conjunto de requisitos que lhe dão a reputação necessária para ser preferido pelas partes interessadas e pelas autoridades judiciárias”.

2.3 Áreas do Direito Ligados à Contabilidade

Direito Comercial e Societário é utilizado como meio de evitar conflitos entre sociedades comerciais e empresários. O Direito Tributário tem por função cumprir leis e normas relativas a instituição, arrecadação e fiscalização dos tributos. O Direito do Trabalho foi criado pelo Estado para começar a intervir nas relações entre empregador e empregado, afim de proteger o colaborador juridicamente e economicamente.

2.3.1 Direito Comercial e Societário

Para Coelho (2011, p.22) o Direito Comercial cuida do exercício dessa atividade econômica organizada de fornecimento de bens ou serviços, denominada empresa.

O Direito Comercial é assegurado pela Constituição Federal, no inciso I, Art.22. Também é pertencentes as fontes primárias em: Leis Comerciais CC, Lei nº 10.406/2002, artigos 966 a 1.195; Lei nº 6.404/1976 – Dispõe sobre as Sociedades Por Ações; Lei nº 11.101/2005 – Regula a recuperação judicial, a extrajudicial e a falência do empresário e da sociedade empresária; Lei nº 9.179/1996; Lei nº 5.474/1968; Lei nº 556/1850, Parte Segunda do Código Comercial, que trata “Do Comércio Marítimo” e que não foi revogada pelo CC; Tratados e Convenções Internacionais (Lei Uniforme de Genebra).

2.3.2 Direito do Trabalho

Delgado (2005) conceitua:

O Direito do Trabalho é ramo jurídico especializado, que regula certo tipo de relação laborativa na sociedade contemporânea. Seu estudo deve iniciar-se

pela apresentação de suas características essenciais, permitindo ao analista uma imediata visualização de seus contornos próprios mais destacados. (DELGADO, 2005).

O Direito do Trabalho, atualmente, tem em vista uma certa coletividade de trabalhadores, e não o trabalhador individualmente considerado. Sua principal função e objetivo é o impedimento da exploração do trabalho humano como fonte de riqueza dos detentores do capital.

2.3.3 Direito Tributário

A Constituição Federal trata da questão tributária de forma genérica e a sua forma mais abrangente encontra-se na lei complementar, conhecida como Código Tributário Nacional, contido no Título VI, "da tributação e do orçamento", abrangido pelos artigos 145 a 169.

CTN - Lei nº 5.172 de 25 de outubro de 1966 dispõe sobre o Sistema Tributário Nacional e institui normas gerais de direito tributário aplicáveis à União, Estados e Municípios.

“Direito tributário é a disciplina jurídica dos tributos. Com isso se abrange todo o conjunto de princípios e normas reguladores da criação, fiscalização e arrecadação das prestações de natureza tributária”. (AMARO,2009).

2.4 Estatística

Segundo Triola (1999): a estatística é uma coleção de métodos para planejar experimentos para obter dados, organizá-los e deles tirar conclusões.

A Estatística se dividiu didaticamente em duas partes:

- a. Estatística Descritiva: é aquela que se preocupa com a coleta, análise, interpretação e apresentação dos dados estatísticos;
- b. Estatística Indutiva (amostral ou inferencial): é aquela que, partindo de uma amostra, estabelece hipóteses sobre a população de origem e formula previsões, fundamentando-se na teoria das probabilidades.

3 METODOLOGIA

Para o desenvolvimento deste artigo foi realizada uma pesquisa descritiva. Segundo Gil (1999), as pesquisas descritivas têm como finalidade principal a descrição das características de determinada população ou fenômeno, ou estabelecimento de relações variáveis. Assim, neste estudo buscou-se analisar as provas realizadas pelo Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade, com o objetivo de apontar as disciplinas e assuntos de maior recorrência nas provas do CFC.

Quanto aos procedimentos utilizados, enquadra-se a pesquisa documental. Segundo Lakatos e Marconi (2001), a pesquisa documental é a coleta de dados em fontes primárias, como documentos escritos ou não, pertencentes a arquivos públicos; arquivos particulares de instituições e domicílios, e fontes estatísticas. O objeto de estudo deste trabalho corresponde a provas aplicadas a estudantes e profissionais de Contabilidade pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, nos anos de 2011 a 2018, retirados do próprio site do Conselho.

Por fim, quanto ao tipo de abordagem do problema, a pesquisa se enquadra como quantitativa, pois o intuito do pesquisador é comparar os dados analisados retirados do Exame de Suficiência e apontar as disciplinas e assuntos de maior recorrência nas questões do exame. Para Mattar (2001), a pesquisa quantitativa busca a validação das hipóteses mediante a utilização de dados estruturados, estatísticos, com análise de um grande número de casos representativos, recomendando um curso final da ação.

O período pesquisado corresponde aos anos de 2011 a 2018, sendo que a cada ano é realizada 2 edições do exame. O grupo de estudo nesta pesquisa será representado pelas questões aplicadas nos exames que correspondem a 800 questões.

4 APRESENTAÇÃO DO RESULTADO SOBRE A ANÁLISE DE DADOS

Para o levantamento de dados foi analisado as provas do Exame de Suficiência no período relativo a 2011 a 2018, correspondente a 16 edições do Exame a nível nacional. Foram realizadas as análises de dados por meio de dois quadros comparativos, um demonstrando as disciplinas aplicadas em anos, e o outro com os assuntos específicos das disciplinas de maior recorrência no Exame.

O quadro a seguir demonstra o percentual de cada disciplina aplicada dentro do período abordado:

Quadro 1: Resultados Análise Descritiva.

DISCIPLINAS	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	TOTAL	%
CONT.GERAL	44	45	50	49	55	68	61	60	432	54,0%
CONT.CUSTOS	18	8	14	16	14	6	10	12	98	12,3%
AUDITORIA	12	12	6	6	6	7	6	3	58	7,3%
CONT.PUBLICA	5	10	6	6	4	5	8	7	51	6,4%
PORTUGUES	6	6	6	6	6	3	4	4	41	5,1%
DIREITO	5	5	5	5	6	1	2	6	35	4,4%
PERICIA	3	5	5	5	4	5	4	4	35	4,4%
MATEMATICA FINANCEIRA	2	4	3	6	4	2	3	1	25	3,1%
ANALISE DE BALANÇOS	2	5	2	1	0	3	0	0	13	1,6%
ESTATISTICA	3	0	3	0	1	0	2	1	10	1,3%
ADMINISTRAÇÃO	0	0	0	0	0	0	0	2	2	0,3%
TOTAL									800	100%

Fonte: elaborado pelos autores.

O quadro apresentado possui o total de 800 questões ao longo de 16 edições do exame. Do total de questões analisadas, percebeu-se que 54% corresponde a Contabilidade Geral, devido a sua grande importância ao profissional contábil, nota-se que em 2016 foi o ano com mais questões aplicadas e em 2011 a edição com menor quantidade. Seguido com 12,3% em Contabilidade de Custos, que é de bastante relevância na Contabilidade devido seu estudo apontar precisão na área industrial, pois é necessária para o rateio dos custos de produção. Auditoria teve seu percentual de 7,3% e ao longo de todos anos manteve uma média de questões aplicadas, em exceção nos anos de 2011 e 2012, que foram as edições com maior recorrência. Contabilidade Pública com 6,4%, que também é uma das disciplinas de grande importância ao contador, pois é necessário entender das legislações vigentes pública para a tomada de decisão.

Outras disciplinas de grande importância ligadas ao profissional contábil é Direito, que é necessário o conhecimento das Leis para que seja um profissional ético e Perícia, as normas que regem a essa especialidade devem ser seguidas com dedicação, ambos com um percentual de questões aplicadas de 4,4%.

As outras disciplinas com menor percentual e de pouca objetividade, não que não seja importante, porém é menos específica ao profissional Contábil. São elas

Matemática Financeira com seu percentual em 3,1%, Análise de Balanços com 1,6%, Estatística com 1,3%, Português em um índice de 5,1% e uma olhar atento ao ano de 2018 que talvez por uma mudança de banca para elaboração dos exames e olhares voltados para a diversidade profissional, o acréscimo de 4 questões relativas a Administração, calculados a um percentual de 0,3%.

O quadro abaixo evidência quatro (4) disciplinas com maior percentual nas provas, juntamente com os assuntos mais recorrentes no Exame de Suficiência ao longo do período analisado.

Quadro 2: Análise por Disciplinas/Assuntos.

CONTABILIDADE GERAL			CONTABILIDADE DE CUSTOS		
		%			%
DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS	200	46,3%	SISTEMA DE CUSTEIO	60	61,2%
NBC	106	24,5%	MARGEM CONTRIBUIÇÃO	24	24,5%
NOÇÕES GERAIS	67	15,5%	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	14	14,3%
PRINCIPIOS FUNDAMENTAIS	35	8,1%			
CPC	24	5,6%			
TOTAL	432	100%	TOTAL	98	100%
AUDITORIA			CONTABILIDADE PÚBLICA		
		%			%
CONCEITOS E ABRANGENCIAS	35	60,3%	SISTEMA CONTÁBIL	32	62,7%
DOCUMENTOS E RELATORIOS	23	39,7%	NOÇÕES INTRODUTÓRIAS	19	37,3%
TOTAL	58	100%	TOTAL	51	100%

Fonte: elaborados pelos autores.

Contabilidade Geral é a disciplina de maior relevância ao Contador, nota-se pela quantidade de 432 questões aplicadas no Exame. Com a análise de questão por questão, subdividiu-se por assuntos mais recorrentes no exame. Com maior percentual de aplicação Demonstrações Contábeis 46,3%, que são um conjunto de informações obrigatórias para prestações de contas e conhecimento de sócios, acionistas e investidores, por exemplo Balanço Patrimonial, DRE, DMPL, entre outros. Seguido pelas NBC's - Normas Brasileiras de Contabilidade, totalizando 24,5%, que, como o próprio nome já diz, são as normas voltadas à profissão contábil. As Noções Gerais com 15,5%, englobam os Códigos de Ética do Contador, Lançamentos Contábeis, e os termos técnicos da Contabilidade. Os Princípios Fundamentais com 8,1%, representam as leis voltadas as atividades da contabilidade e o CPC - Comitê de Pronunciamentos Contábeis com 5,6%, criado

pela Resolução CFC nº 1.055/05 com o objetivo de emissão de pronunciamentos contábeis visando a unificação das informações das entidades regulamentadoras da contabilidade, como CFC, CVM, IBRACON.

Contabilidade de Custos vem em 2ª lugar, com maiores assuntos abordados no Exame, correspondentes a 98 questões. Relacionadas em subgrupos, Sistema de Custeio com 61,2% entram os principais tipos de custeios como Custeio por Absorção, que são todos os custos diretos e indiretos ligados a produção ou prestação de serviços, para que haja rateio do produto final. Custeio Direto ou Variável, esse custeio separa os custos em variáveis e fixos, ou seja, de acordo com o período calculado. Custeio baseado em Atividades (ABC) utiliza o critério de atividades que foram realizadas e geraram algum tipo de custo para fazer a alocação de custos final. Seguido de 24,5% a Margem de Contribuição, Ponto de Equilíbrio Contábil, Financeiro e Econômico que é a diferença entre as vendas e os custos e despesas variáveis do período de produção. E, com 14,3%, as Noções Introdutórias.

Auditoria teve 58 questões relativas a Conceitos técnicos e Procedimentos relativos à atividade de Auditoria e seu percentual foi de 60,3% total das questões aplicadas, e assuntos relacionados a Documentos e Relatórios das entidades auditadas e todo o processo relativo a Auditoria com 39,7%.

Contabilidade Pública se classifica com um total de 51 questões, com ênfase geral em Sistema Contábil a um percentual de 62,7% que incluem assuntos relacionados: Procedimentos Contábeis Orçamentários, patrimoniais e específicos, Planos de Contas e Demonstrações Contábeis aplicadas ao Setor Público. Assim, Noções Introdutórias a Contabilidade Pública fica com 37,3%, os temas abordados são Lançamentos e Leis Orçamentárias.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O Exame de Suficiência do CFC é uma realidade para todos os profissionais da área contábil assim, esta pesquisa buscou evidenciar as principais disciplinas e assuntos mais recorrentes no Exame. O levantamento de dados partiu da análise das provas aplicadas nos anos de 2011 a 2018. A princípio, as disciplinas mais recorrentes ao longo das edições foram: Contabilidade Geral, Contabilidade de Custos, Auditoria e Contabilidade Pública.

O Exame de Suficiência do Conselho Federal de Contabilidade nada mais é que uma avaliação obrigatória, amparada por lei, aos bacharéis em Ciências Contábeis, com o objetivo de demonstrar sua capacitação, conhecimentos e práticas necessários para o exercer da profissão contábil. O exame teve sua primeira edição no ano de 2000, porém, com algumas falhas legais na Resolução, ocorreu o cancelamento do mesmo. Assim, nessa primeira fase houve apenas 10 edições do Exame de Suficiência, nos anos de 2000 a 2004. Em 2010, a Lei Federal 12.249/2010 instituiu o retorno do exame para a obtenção do registro junto ao Conselho Federal de Contabilidade.

A metodologia aplicada deu-se ao um levantamento de dados a partir da análise das provas aplicadas pelo CFC, nos períodos de 2011 a 2018, sendo que cada prova contém 50 questões e a cada ano são aplicadas 2 edições do exame, assim totalizando 800 questões analisadas ao longo do período citado.

Os resultados obtidos com o levantamento de dados, chegou-se à conclusão que as disciplinas com maior recorrência nos exames de suficiência foram Contabilidade Geral que é a disciplina de maior relevância ao profissional contábil, nota-se pela quantidade de 432 questões aplicadas no Exame, seu percentual é de 54% no total, Contabilidade de Custos vem em 2ª lugar com maiores assuntos abordados no exame, correspondente a 98 questões, ou 12,3% de percentual. Auditoria teve 58 questões relativas a Conceitos Técnicos, Procedimentos, Documentos e Relatórios da Auditoria e seu percentual total foi de 7,3%, e Contabilidade Pública se classifica a um total de 51 questões, totalizando 6,4% do resultado total das 800 questões.

Desta forma, apresento a importância deste estudo no sentido de construir um quadro geral dos resultados das aplicações do exame, de modo que estes resultados venham a refletir no desenvolvimento de futuros estudos e pesquisas de profissionais e acadêmicos da área contábil.

REFERÊNCIAS

AMARO, Luciano. **Direito Tributário Brasileiro**. 15ªed. São Paulo. Saraiva, 2009.

ANTHONY, Roberto N. **Contabilidade gerencial**. São Paulo: Atlas, 1979. 17 p.

Attie, William. Auditoria Conceitos e Aplicações. São Paulo: Atlas. 3º Ed. 25 p.

CARVALHO, Deusvaldo. **Orçamento e Contabilidade pública**. 5ªed. Rio de Janeiro. Elsevier, 2010.

CÓDIGO TRIBUTÁRIO NACIONAL. Disponível em:

< <http://www.receita.fazenda.gov.br/Legislacao/CodTributNaci/ctn.htm> > Acesso em: 18 out. 2018.

COELHO, Fábio Ulhoa. **Manual de direito comercial: direito de empresa**. 23ª ed. São Paulo. Saraiva, 2011.

COELHO, J. M. A. **Exame de suficiência: um passo adiante**. Revista Brasileira de Contabilidade, v. 28. n. 117.1999.

CONSELHO REGIONAL DE CONTABILIDADE DO RIO GRANDE DO SUL.

Princípios Fundamentais de Contabilidade e Normas Brasileiras de Contabilidade. 16. ed. Porto Alegre: CRC/RS, 2000, Coordenador Geral: José João Appel Matos - Presidente do CRC/RS.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC). **Manual de contabilidade do sistema CFC/CRCs/ Conselho Federal de Contabilidade**. Brasília: CFC, 2009.

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE. Disponível em:

< <http://www.crc-ce.org.br/fiscalizacao/informacoes-importantes/pericia-contabil/> > acesso em: 18 out 2018.

CONSTITUIÇÃO FEDERAL 88. Disponível em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm > Acesso em: 18 out 2018.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil Teoria e Prática**. 3ª ed. São Paulo. Atlas, 2004.

CREPALDI, Silvio Aparecido. **Auditoria Contábil: teoria e prática**. 5. ed. São Paulo – SP: Atlas, 2009.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho, exemplar nº 10013**. 4ª edição. São Paulo. LTr, 2005.

Fonseca, Alan Sales da. **Métodos de custeio**. Slides Varginha, 2015. 19 slides; il.

FRANCO, H. & MARRA, E. **Auditoria contábil**. 4 ed., São Paulo: Atlas, 2001.

LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos metodologia científica**. 4ªed. São Paulo. Atlas, 2001.

LEONE, George Sebastião Guerra. **Custos: Planejamento, Implantação e Controle**. São Paulo. Atlas, 1981.

MADEIRA, G. J.; MENDONÇA, K. F. C.; ABREU, S. M. **A disciplina teoria da contabilidade nos exames de suficiência e provão**. Contabilidade Vista & Revista, v. 14, ed. Especial, 2003.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 6º Ed. São Paulo: Atlas, 1998.

MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de custos**. 9ªed. São Paulo. Atlas, 2003.

MATTAR, F. N. **Pesquisa de marketing**. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2001.

NOGUEIRA, C.A.G.; NOGUEIRA, A.O.; ALMEIDA, S.F.D.C. **Preparação para o exame de suficiência: desafios para os docentes do curso de ciências contábeis**. In: V Encontro de Práticas Docentes. Anais ... Fortaleza, 2013.

ORNELAS, Martinho Maurício Gomes de. **Perícia Contábil**. 3ªed. São Paulo: Atlas, 2000.

PORTAL DE CONTABILIDADE. Disponível em:
< <http://www.portaldecontabilidade.com.br/legislacao/cfc1055.htm> > Acesso em: 23 out 2018.

RIBEIRO, Osni Moura. **ESTRUTURA E ANÁLISE DE BALANÇO FÁCIL**. 10ª ed. Ampliado e atualizado – São Paulo – Saraiva, 2014.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade geral fácil**. Editora Saraiva, 2017.

RIBEIRO, Osni Moura. **Estrutura e análise de balanço fácil**. 11. ed. São Paulo: Saraiva, 2014. 11 p.

RIBEIRO, Osni Moura. **Contabilidade de Custo Fácil**. 7ªed. ampliada e atual- São Paulo. Saraiva, 2009.

PADOVEZE, Clóvis Luís. **Contabilidade Gerencial: um enfoque em sistema de informação contábil**. 3ª Edição. São Paulo: Atlas, 2000. 131 p.

SILVA, Adériton Bueno. **A contabilidade pública e o impacto da lei de responsabilidade fiscal na administração pública**. Goiânia/GO: Faculdade Araguaia, 2012.

SILVA, Danilo Lourenço dos Santos. **Importância da contabilidade no controle dos gastos públicos**. [Monografia]. Brasília/DF: UniCEUB, 2008.

TRIOLA, Mario F. **Introdução à Estatística**. 7.ed. Rio de Janeiro. LTC, 1999.